

4. Metodologia

A perspectiva teórica adotada na presente tese exige focar simultaneamente o potencial e o realizado. Nas palavras de Halliday (1979: 4-5):

Language is as it is because of the functions it has evolved to serve in people's lives; it is to be expected that linguistic structures could be understood in functional terms. (...) It [this understanding] involves the difficult task of focusing attention simultaneously on the actual and the potential, interpreting both discourse and the linguistic system that lies behind it in terms of the infinitely complex network of meaning potential that is what we call the culture.¹

Desse modo, caracterizar VPA e VPS nas três metafunções do componente semântico fornece uma base para explicar seus padrões de ocorrência nos textos. Ao mesmo tempo, tal caracterização só pode ser efetuada a partir da investigação de ocorrências concretas em contexto. Sendo assim, o trabalho se desenvolve apoiado em dois eixos: o estudo das estruturas gramaticais e a análise de textos. Tais eixos são interdependentes e complementares, no sentido de que cada um contribui para constituir o outro. Ou seja, se determinada estrutura gramatical tem certo emprego em um texto, isso se deve aos significados que tal estrutura permite realizar; ao mesmo tempo, é precisamente o conjunto de seus empregos que, histórica e socialmente, cria e consolida os significados da estrutura.

Na presente pesquisa, portanto, a busca de explicitação dos significados de VPA e VPS baseia-se em ocorrências dessas estruturas em textos. Neste capítulo, apresenta-se, primeiramente, uma descrição do corpus utilizado. Em seguida, são expostos os procedimentos empregados na análise.

4.1. Corpus

Observações informais realizadas no período que antecedeu a pesquisa levaram a crer que orações com o clítico *se* nos empregos tradicionalmente designados como “pronomes passivador” e “índice de indeterminação do sujeito”

¹ A linguagem é o que é por causa das funções que ela se desenvolveu para cumprir na vida das pessoas; é de se esperar que as estruturas lingüísticas possam ser entendidas em termos funcionais. (...) Isso envolve a difícil tarefa de focalizar atenção simultaneamente no realizado e no potencial, interpretando tanto o discurso, quanto o sistema lingüístico que subjaz a ele em termos da rede infinitamente complexa de potencial de significado que é o que chamamos a cultura.

(isto é, excetuando-se os empregos reflexivo/recíproco, “intrínseco” e “espontâneo”) eram menos frequentes na fala que na escrita. A pesquisa ora apresentada não se propôs verificar essas primeiras impressões, que, no entanto, tiveram influência na decisão de trabalhar com um corpus de língua escrita. Além disso, um estudo preliminar (Hawad 1999) permitiu constatar que, na escrita, orações com *se* eram menos frequentes em textos fundamentalmente informativos do que em textos de cunho argumentativo mais explícito.

Optou-se, então, por um corpus de textos jornalísticos. O interesse pelo jornal se deve, antes de mais nada, à variedade de tipos de texto nele incluídos. Pode-se encontrar, na mesma publicação, com uma considerável afinidade em termos de grau de formalidade e tipo de público leitor, tanto textos informativos (como notícias e reportagens), quanto textos argumentativos (como editoriais e artigos de opinião). Além disso, pela uniformidade da linguagem jornalística em todo o país, tem sido sugerido (por exemplo, por Perini 1985) que ela deveria servir de base para a descrição do português brasileiro padrão. Finalmente, o interesse pela linguagem do jornal se justifica pela importância social do próprio veículo, dadas a relevância e a atualidade dos temas tratados, a ampla circulação e a influência na formação de opinião.

O *Jornal do Brasil* (JB) foi escolhido como fonte de dados por ser um jornal tradicional na cidade do Rio de Janeiro, voltado para as camadas mais cultas da população, podendo ser tomado como representativo do português brasileiro padrão. Foram utilizadas 17 edições, selecionadas aleatoriamente, entre 4 de março de 2001 e 2 de julho de 2002. As estruturas gramaticais em exame foram investigadas em notícias, editoriais e artigos de opinião. A seguir, são discutidas algumas questões relacionadas à definição desses gêneros textuais.

4.1.1. Gêneros textuais

Em sentido amplo, todo uso da linguagem é argumentativo (cf. Koch 1996). Em sentido estrito, porém, é possível reconhecer no jornal textos cujo objetivo prioritário é relatar fatos, e outros cujo objetivo é expressar opiniões. No JB, como em geral nos grandes jornais brasileiros contemporâneos, essa distinção é fisicamente marcada pela distribuição dos textos em seções e páginas separadas. Neste jornal, a seção que apresenta os artigos e editoriais (além de charges e cartas de leitores) tem por título “Opinião”.

Não se pretende sugerir que notícias sejam política ou ideologicamente “neutras”. Todo uso da linguagem envolve escolhas do sujeito falante – ou seja, envolve algum grau de subjetividade e, portanto, de argumentatividade. Não obstante, é possível distinguir notícias, de um lado, de artigos e editoriais, de outro, por seu propósito básico, primário, como textos informativos ou argumentativos, a começar por definições encontradas em manuais e obras de referência sobre jornalismo.

Rabaça e Barbosa (1978: 324) definem notícia como

Relato de fatos ou acontecimentos atuais, de interesse e importância para a comunidade, e capaz de ser compreendido pelo público.

Lage (1999a: 25) enfatiza o caráter referencial e não-argumentativo da notícia:

A retórica da notícia é referencial, por definição. Nisto ela se opõe à publicidade, que tem retórica conativa.

(...)

Sendo construção retórica referencial, a notícia trata das aparências do mundo. Conceitos que expressam subjetividade estão excluídos: não é notícia o que alguém *pensou, imaginou, concebeu, sonhou*, mas o que alguém *disse, propôs, relatou* ou *confessou*. É também axiomática, isto é, se afirma como verdadeira: não argumenta, não constrói silogismos, não conclui nem sustenta hipóteses. O que não é verdade, numa notícia, é fraude ou erro.

O autor prossegue esclarecendo que se refere ao conceito clássico de verdade como “adequação do enunciado aos fatos” – na avaliação de uma notícia, o que importa é se, de fato, aconteceu aquilo. Em seguida, complementa:

Não basta *ser* verdadeiro; é preciso *parecer*. Daí a aversão a referências imprecisas. Não se escreve *alguns manifestantes* mas, sempre que possível, *10, 12* ou *15 manifestantes*. (...) A placa do carro, a hora exata do desastre, o número de desabrigados pela enchente cumprem, no veículo de massa, um *efeito de realidade*. (idem, p.26)

Por outro lado, Rabaça e Barbosa (1978: 25; 175) definem tanto editoriais quanto artigos como textos opinativos. Segundo os autores, as diferenças entre esses dois tipos de texto (além de editoriais não serem assinados e expressarem a opinião do veículo), residem no fato de que editoriais são mais dogmáticos, apresentando enfaticamente uma “receita” para a questão em pauta, questão essa

pertinente só ao momento imediato. Artigos, por sua vez, são textos interpretativos de composição analítica, que desenvolvem uma idéia ou comentam um assunto a partir de determinada fundamentação.

Van Dijk (1986) observa que, apesar dessa ideologia jornalística largamente difundida segundo a qual fatos e opiniões devem ser separados, muitas notícias contêm informação explícita ou implícita que possui dimensões avaliativas. A opinião não precisa ser pessoal, ainda que seja necessariamente política e ideológica, porque pressupõe crenças e atitudes sobre regras e leis de natureza social, política ou cultural. A partir do exame de centenas de jornais de cerca de cem países, o autor propõe uma estrutura esquemática para as notícias de jornal, constituída pelas seguintes categorias básicas, hierarquicamente organizadas: Resumo, Eventos Principais, Antecedentes (Background), Conseqüências e Comentários.

Resumo e Eventos Principais são as categorias obrigatórias, e muitas vezes a notícia se limita a elas, especialmente na imprensa popular. Há severas restrições sobre o que conta como Eventos Principais, a mais importante das quais é a exigência de atualidade: os eventos devem ter ocorrido, ou ter sido descobertos, um ou dois dias antes. Se vários eventos importantes formam um macroevento, em princípio é o mais recente deles que constitui o evento principal e recebe maior proeminência.

Os fatos na categoria Antecedentes podem ser presentes ou passados, e a inclusão de informações desse tipo é freqüentemente considerada um critério de qualidade da notícia. Os fatos presentes são, em geral, estados de coisas sócio-políticos, ou eventos correntes durante os quais o evento específico tem lugar. Entre os fatos passados, há os que precedem o evento principal por alguns dias ou semanas, e são relevantes como possíveis condições ou causas dele, e há os que se passaram meses, ou mesmo anos, antes do evento principal, e não são causas imediatas dele, mas o contexto passado que conduz à situação atual.

A relevância e a importância dos eventos freqüentemente é medida por suas conseqüências. Assim, costuma-se incluir a categoria Conseqüências nas notícias, com informação sobre as ações e eventos que seguem imediatamente os eventos principais e podem ser vistos como causados por eles. Há uma subcategoria padrão de Conseqüências: Reações Verbais, que apresenta declarações de participantes imediatos e, em particular, de líderes políticos

nacionais e internacionais que têm opiniões ou comentários sobre os eventos noticiados. Essa categoria tem valor estratégico: permite que os jornalistas meçam objetivamente as implicações e avaliações políticas de um evento sem ter de formulá-las eles mesmos.

Eventos Principais, Antecedentes e Conseqüências juntos constituem o que pode ser chamado o Episódio completo da notícia. Os conteúdos avaliativos constituem a categoria Comentários. Esta abarca as subcategorias Expectativas, que implica referência a eventos futuros, e Avaliação, que inclui explicitamente expressões avaliativas sobre os eventos (como bom, ruim, lamentável, controverso...). Comentários não é uma categoria obrigatória, e pode haver diferenças entre tipos de jornais, regiões, culturas e sistemas políticos. Assim como ocorre com outras categorias esquemáticas, essas informações podem ser reservadas para um artigo especial separado. Editoriais têm por principal função a formulação das expectativas e avaliações do jornal sobre os eventos. Pode-se concluir, portanto, que, segundo o estudo de Van Dijk, o relato dos acontecimentos em si é que constitui basicamente a notícia, sendo opcionais as informações de caráter avaliativo, enquanto nos editoriais estas constituem o conteúdo principal.

A realização textual do esquema semântico subjacente proposto por Van Dijk para as notícias tem a forma de uma “estrutura em ziguezague”. A ordem de apresentação das informações segue um princípio de relevância, de modo que a informação mais relevante de cada categoria é apresentada primeiro, numa organização descontínua. Embora haja uma tendência para a categoria Eventos Principais ser apresentada em primeiro lugar (logo após o Resumo), não se tem toda a informação dessa categoria de uma só vez, numa seção contínua, linearmente ordenada. Ao contrário, apresenta-se a informação mais importante dessa categoria, seguida, então, da informação mais importante de Antecedentes e Conseqüências (e possivelmente até de Comentários, que tendem a ocorrer mais no final do texto), para só depois se passar a detalhes dos Eventos Principais, seguidos, por sua vez, de informações secundárias das demais categorias. Tem-se, desse modo, uma organização “em parcelas”, que pode tornar a coerência local do discurso da notícia um tanto frágil.

O autor assinala que, ao lado de outras propriedades do texto da notícia, a forma como a superestrutura esquemática é realizada é ideologicamente

significativa, principalmente pelo que deixa de ser dito. Nota, ainda, que é possível que as categorias identificadas sejam marcadas no texto por expressões, significados ou traços sintáticos específicos.

Enquanto as notícias contêm porções que são mais propriamente avaliativas que informativas, editoriais, apesar de seu propósito básico opinativo, incluem partes cuja função é apresentar informações. É o que se pode concluir da leitura de Bolívar (1994). Após estudar editoriais de jornais britânicos, a autora propõe para eles uma estrutura em que a menor unidade é uma tríade – uma seqüência de três turnos dos quais o primeiro, em geral, destina-se a introduzir informação nova sobre acontecimentos, o segundo destina-se a avaliar o primeiro, e o terceiro tem a função de avaliar, conjuntamente, os dois anteriores.

No âmbito da presente pesquisa, não se procurou determinar a validade dos estudos de Van Dijk (1986) e Bolívar (1994) para textos jornalísticos em português. O que é relevante destacar é a presença de elementos referenciais e opinativos tanto em notícias quanto em editoriais – o que, no entanto, não invalida a distinção entre esses gêneros de texto quanto a sua natureza básica, definida por seus propósitos fundamentais.

É necessário, ainda, destacar que a presença de elementos avaliativos ou opinativos nas notícias não caracteriza argumentação, em sentido estrito. Biber (1988: 151) afirma que nem todo texto que expressa opinião tem caráter persuasivo. Editoriais são persuasivos no sentido de que consideram diversas possibilidades, mas procuram convencer o leitor de que uma delas é aconselhável ou provável. Na análise empreendida pelo autor, em que variados gêneros em inglês são relacionados ao longo de seis dimensões, com base em sua constituição léxico-gramatical, os editoriais, juntamente com as cartas profissionais, situam-se no extremo da dimensão referente à “expressão explícita da persuasão”.

A estrutura dos artigos de opinião é possivelmente mais difícil de determinar em um modelo geral. Por serem textos assinados, eles tendem a apresentar maior variabilidade estilística que os editoriais:

O jornal diz o que pensa em seus editoriais; articulistas e colunistas fazem o mesmo em textos assinados, e para eles a liberdade de estilo é tão grande quanto a de opinar. (Garcia 1993: 34)

Assim como em Rabaça e Barbosa (1978), conforme mencionado acima, nesse fragmento se reconhece o caráter opinativo comum a editoriais e artigos.

A discussão do conceito de gênero e dos critérios de identificação de gêneros particulares foge aos propósitos da presente tese. Com base nos trabalhos citados acima, editoriais e artigos são aqui agrupados em função de seus objetivos argumentativos, que os distinguem do caráter referencial das notícias.

4.1.2. Ocorrências

Foram reunidos 92 textos, sendo 36 notícias e 56 textos argumentativos (24 editoriais e 32 artigos). A diferença entre o número de notícias e o número de textos argumentativos se deve à preocupação em trabalhar com números equiparáveis de ocorrências de VPA e de VPS. Foram coletadas 132 ocorrências de VPA nas notícias, e 120 de VPS no conjunto dos textos argumentativos.

Sendo notícias mais numerosas no jornal que textos argumentativos, as utilizadas aqui foram extraídas apenas das três primeiras edições do JB no período mencionado acima. Foram selecionadas todas as notícias nacionais do caderno principal (o primeiro caderno) de cada uma dessas três edições, desde que tivessem pelo menos uma ocorrência de VPA. Os textos da primeira página não foram incluídos, por não serem, em geral, textos completos, e normalmente reaparecerem no interior do caderno como partes das notícias a que se referem. Também não foram incluídas as notícias internacionais, muitas vezes oriundas de agências ou de jornais de outros países. Pretendeu-se, assim, evitar que eventuais questões relacionadas à tradução ou a diferenças estilísticas e culturais criassem mais variáveis para a análise. Na seleção dos artigos e editoriais, foram incluídos todos os textos que tivessem, no mínimo, uma ocorrência de VPS. Os títulos dos textos não foram levados em conta em nenhum dos aspectos da análise.

A análise realizada não enfatiza aspectos quantitativos. No entanto, uma primeira observação deve ser registrada quanto à distribuição de VPA e de VPS nos textos. No conjunto das três primeiras edições do JB selecionadas, somente quatro notícias da seção de assuntos nacionais não apresentam, no mínimo, uma ocorrência de VPA. Ao mesmo tempo, entre todas as notícias nacionais dessas edições, há apenas quatro ocorrências de VPS, três das quais se encontram em discurso relatado, ou seja, trechos de discurso direto ou indireto que representam falas de atores importantes nos eventos expostos (a categoria Reações Verbais, de

Van Dijk 1986). A quarta ocorrência se dá com um gerúndio verbal, em um contexto em que a supressão do clítico *se* não acarretaria mudança de significado ou qualquer prejuízo à estrutura oracional. Entre os textos argumentativos, enquanto 56, em dezessete edições do JB, contêm, pelo menos, uma ocorrência de VPS, em 38 não há nenhuma ocorrência dessa construção. Logo, VPA é, no conjunto dos textos selecionados, bem mais freqüente que VPS. Nas notícias, VPS praticamente inexistente; nos 56 textos argumentativos selecionados, há uma média aproximada de duas ocorrências por texto, sem diferença entre artigos e editoriais.

Essas observação confirmam, de modo geral, os dados levantados em Hawad (1999), num corpus menor de textos dos mesmos gêneros dos utilizados na presente tese. Naquele trabalho, de ênfase mais quantitativa, constatou-se ainda que VPA tendia a ocorrer com freqüência menor nos textos argumentativos que nas notícias. Na presente tese, porém, optou-se por estudar VPA apenas em suas ocorrências nas notícias, e VPS em suas ocorrências nos artigos e editoriais.

No levantamento das ocorrências, foram consideradas como VPA as orações com auxiliar *ser* e particípio do verbo principal. Orações com outros auxiliares, como *estar* ou *ficar*, não foram levadas em conta, dada a dificuldade de distinguir, em muitos desses casos, a voz passiva propriamente dita da estrutura de predicado com verbo de ligação e predicativo. Além disso, o numero de orações com *estar* ou *ficar* seguidos de particípio é muito reduzido nos textos analisados. Da mesma forma, não foram levadas em conta ocorrências com verbo auxiliar elíptico nas chamadas “orações adjetivas reduzidas de particípio”, por também ser duvidosa, em vários desses casos, a distinção entre uma oração adjetiva e um simples adjetivo. Foram contadas, porém, como ocorrências de VPA, orações com auxiliar elíptico em coordenação com outra oração com auxiliar explícito, dada a certeza com que se pode recuperar o auxiliar nesses casos. O corpus inclui apenas quatro ocorrências desse tipo, como

(1) O plano *será anunciado* amanhã para os partidos políticos e *divulgado* terça-feira pelo presidente Fernando Henrique Cardoso.

Quanto a VPS, foram consideradas como ocorrências orações com verbos transitivos diretos e clítico *se*, excluídos os casos de sentido reflexivo/recíproco ou “evento espontâneo”. Embora tudo leve a crer que os significados de VPS são os

mesmos das estruturas em que *se* ocorre com verbos intransitivos ou transitivos indiretos, ocorrências desses tipos, em número relativamente pequeno nos textos analisados, não foram incluídas, tendo em vista o interesse central de comparar as formas supostamente equivalentes de “voz passiva” em português.

4.2. Procedimentos de análise

A fim de determinar os significados de VPA e de VPS em cada metefunção do componente semântico, partiu-se da hipótese de que essas duas estruturas, além da voz ativa (VA), constituem escolhas disponíveis para o falante do português, cada uma das quais corresponde a um feixe específico de traços semânticos que a singulariza em relação às demais. As ocorrências coletadas foram, assim, analisadas em seus respectivos co-textos, a partir das três perspectivas – textual, ideacional e interpessoal.

A análise, em sua maior parte, lançou mão de um procedimento contrastivo pelo qual se procurou determinar se a permuta de uma das formas em estudo por outra, em cada co-texto específico, acarretaria alterações na aceitabilidade ou no sentido. Com base nessas comparações, buscou-se inferir os significados que estariam em jogo em cada caso e, por conseguinte, as motivações que possivelmente se encontrariam subjacentes à opção do autor do texto por uma das formas. O procedimento se baseia na seguinte observação de Halliday (1979: 52):

How do we try to understand language in use? By looking at what the speaker says against the background of what he might have said but did not, as an actual in the *environment* of a potential. Hence the environment is defined paradigmatically: using language means making choices in the environment of other choices.²

O conjunto das ocorrências foi submetido a três análises distintas, correspondentes a cada uma das metafunções. Em cada análise, foram enfocadas as estruturas oracionais principais identificadas por Halliday nas metafunções.

² Como tentamos entender a linguagem em uso? Olhando o que o falante diz contra o pano de fundo do que ele poderia ter dito, mas não disse, como um realizado no *ambiente* de um potencial. Portanto, o ambiente é definido paradigmaticamente: usar a linguagem significa fazer escolhas no ambiente de outras escolhas.

Assim, no estabelecimento dos significados textuais, as ocorrências foram examinadas em sua estrutura temática. No âmbito ideacional, o interesse foram significados relativos ao sistema de transitividade, em especial os tipos de Processo e a função de Agente. Finalmente, no domínio interpessoal, a análise voltou-se para a função de Sujeito.

A tripartição no exame dos dados é um procedimento analítico que não deve levar a perder de vista o fato de que os três tipos de significado se encontram simultaneamente nos enunciados. Ainda segundo Halliday (1979: 149):

The inspection of these sets of options one by one, each in its situational environment, is of course an analytical procedure; their selection by the speaker, and apprehension by the hearer, is a process of dynamic simultaneity, in which at any moment that we stop the tape, as it were, a whole lot of meaning selections are going on at once, all of which then become part of the environment in which further choices are made.³

Em alguns momentos, foram utilizadas análises quantitativas. Mais exatamente, foram calculadas porcentagens no estudo da relação entre Tema e Dado, na metafunção textual, e na distribuição dos tipos de Processo, na metafunção ideacional. Tais levantamentos quantitativos, no entanto, não constituem o foco do trabalho, tendo o valor de indícios que sugeriram os caminhos da análise qualitativa.

No cômputo de elementos com função de Dado, foram desconsiderados os poucos casos existentes no corpus (apenas quatro) nos quais o Objeto de VPA ou VPS só poderia ser interpretado como Dado em função da situação extratextual, como em (5) e (6), abaixo:

(5) *Paga-se o IPVA (...)*

(6) Quando o câmbio começou a dar sinais de esgotamento (a moeda estava visivelmente superapreciada), abandonou-se *a rigidez* em nome da cotação flutuante.

³ A inspeção desses conjuntos de opções um a um, cada um em seu ambiente situacional, é certamente um procedimento analítico; sua seleção pelo falante e apreensão pelo ouvinte é um processo de simultaneidade dinâmica, no qual, em qualquer momento em que paramos a fita, por assim dizer, uma vasta porção de seleções de significado está ocorrendo ao mesmo tempo, das quais todas então se tornam parte do ambiente no qual futuras escolhas são feitas.

Em (5), o constituinte *o IPVA* não é mencionado no co-texto precedente; é, porém, Dado no sentido extratextual, situacional, já que os prováveis leitores sabem do que se trata. O mesmo ocorre com *a rigidez*, em (6), referente à política cambial do governo brasileiro, que é um elemento familiar aos leitores na situação sócio-cultural. Foram contados como Dado somente os casos em que o Objeto contribui co-textualmente para a continuidade da referência, ou seja, em que o Objeto realiza remissão endofórica.

Nos capítulos 5, 6 e 7, apresenta-se o resultado da análise, respectivamente, nas metafunções textual, ideacional e interpessoal. Nesses capítulos, as alternativas hipotéticas (isto é, orações ou frases não existentes nos textos, mas criadas para fins de comparação com as ocorrências reais) são assinaladas por ('), (''), (''''), ou ainda, eventualmente, por letras – (a), (b), (c) – após o número da ocorrência com a qual a alternativa é cotejada. Nos casos em que se faz necessário incluir a transcrição de porções anteriores ou posteriores do texto junto ao período analisado, tais fragmentos são colocados entre colchetes. Além disso, a notação (...) é empregada para representar fragmentos que, por serem longos e irrelevantes para a análise desenvolvida, foram suprimidos nas transcrições. Utiliza-se, ainda, fonte em itálico para destacar os constituintes focalizados na análise.